



INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA
– CAMPUS JARAGUÁ DO SUL

HEMILLY DIAS FRANCISCO DE CASTRO
JAMILE RAIANE MAIA MACEDO
MARIANA FERREIRA FAGUNDES
MICHELLI ZIOLI CAMPOS TELES DOS SANTOS
SARA CRISTINI FOSSILE DE LIMA
THAIS DOS SANTOS DE FREITAS

AS POLÍTICAS CONTRA A DESIGUALDADE SOCIAL NO INSTITUTO
FEDERAL DE SANTA CATARINA

JARAGUÁ DO SUL
2018

HEMILLY DIAS FRANCISCO DE CASTRO
JAMILE RAIANE MAIA MACEDO
MARIANA FERREIRA FAGUNDES
MICHELLI ZIOLI CAMPOS TELES DOS SANTOS
SARA CRISTINI FOSILE DE LIMA
THAIS DOS SANTOS DE FREITAS

**AS POLÍTICAS CONTRA A DESIGUALDADE SOCIAL NO INSTITUTO
FEDERAL DE SANTA CATARINA – CAMPUS JARAGUÁ DO SUL**

Projeto de pesquisa do Programa Conectando Saberes, do Curso Técnico em Modelagem do Vestuário modalidade Integrado, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – Câmpus Jaraguá do Sul.

Orientador: Prof. Cleyton Murilo Ribas
Coordenador: Selomar Claudio Borges

JARAGUÁ DO SUL

2018

SUMÁRIO

1. TEMA.....	4
2. DELIMITAÇÃO DO TEMA	4
3. PROBLEMA	4
4. HIPÓTESES	4
5. OBJETIVO	5
5.1 OBJETIVO GERAL:	5
5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:	5
6. JUSTIFICATIVA	5
7. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	7
7.1 A ORIGEM DA PROBLEMÁTICA	7
7.2 DESIGUALDADE SOCIAL	8
7.3 JUSTIÇA DISTRIBUTIVA	9
7.4 GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR	10
8. METODOLOGIA	11
9. CRONOGRAMA	12
10. REFERÊNCIAS	13
11. ANEXO.....	15

1. TEMA

No Instituto Federal de Santa Catarina- Campus Jaraguá do Sul, existem algumas políticas internas que objetivam auxiliar os estudantes com vulnerabilidade social. O foco do trabalho é o de esclarecer quais políticas internas são estas e qual é a relevância das mesmas na vida desses estudantes.

2. DELIMITAÇÃO DO TEMA

No Instituto Federal de Santa Catarina, as políticas internas que objetivam auxiliar os estudantes com vulnerabilidade social compõem a base da justiça igualitária de uma gestão democrática. Contudo, o esclarecimento sobre tais políticas ainda não é evidenciado de forma clara. Questiona-se de que modo a representação institucional (assistentes sociais e Pró-Reitoria de assuntos estudantis) percebe tais dificuldades e se considera que os rótulos da pobreza são eliminados ou confirmados por tais políticas.

3. PROBLEMA

Desigualdade social constitui no conjunto das diferenças sociais, políticas e econômicas que assolam sobre determinado agrupamento humano. Viver em sociedade passa a ser uma tarefa difícil pois as pessoas são avaliadas por aquilo que possui e não por aquilo que são. As oportunidades dos menos favorecidos são escassas e o rótulo da pobreza determina a quem o indivíduo será. A educação, na teoria, representaria uma solução para a desigualdade, mas ela de fato garante a emancipação do cidadão? No IFSC, existem políticas específicas para suplantar desigualdades. Uma delas é o PAEVS (programa de atendimento ao estudante em vulnerabilidade social) que tem como finalidade garantir permanência e êxito dos estudantes. Contudo, tal programa é reconhecido pela comunidade acadêmica como legítimo? Há clareza sobre o que ele significa efetivamente?

4. HIPÓTESES

- Os representantes oficiais do Instituto Federal de Santa Catarina acreditam que existe desigualdade dentro do Campus.
- O posicionamento oficial do Instituto Federal de Santa Catarina sobre a mudança de comportamento dos alunos que recebem o auxílio não está explícito nos meios de comunicação da instituição.
- As políticas dentro do Instituto Federal de Santa Catarina, diminuem o “preconceito” dentro da desigualdade social.
- Dentro do Instituto Federal de Santa Catarina, como alunos, é possível nos

- conscientizar de nossos direitos e deveres como cidadão.
- As políticas de permanência e êxito motivam os estudantes a continuarem com os estudos.
- Todos os estudantes têm oportunidade para receber o PAEVS.

5. OBJETIVOS

5.1 OBJETIVO GERAL :

- Esclarecer e debater sobre a desigualdade social econômica e suas políticas institucionais do IFSC que tenham como objetivo sua superação no contexto da educação.

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Pesquisar sobre o conceito de desigualdade social econômica com o propósito de esclarecimento do tema.
- Entrevistar a representação institucional do IFSC e questionar sua fundamentação teórica.
- Esclarecer os critérios formais das políticas internas contra a desigualdade econômica.
- Divulgar os resultados da pesquisa em forma de oficina para a primeira fase do curso de modelagem de 2019/2.

6. JUSTIFICATIVA

No Brasil, a situação econômica é uma das condições fundamentais de determinação das relações sociais. Um dos agravantes mais preocupantes encontra-se na distância entre as classes sociais economicamente ativas. Classes sociais privilegiadas tendem a ter um valor monetário extremamente acentuado, distanciando-se da grande maioria da população.

Segundo José de Souza Martins “dizer que a exclusão é apenas um momento da percepção que cada um e todos podem ter daquilo que concretamente se traduz em privação(...) O que vulgarmente chamamos de pobreza.”(MARTINS,2009,P.18). Podemos perceber que a exclusão política é um dos problemas mais sérios que a nossa sociedade enfrenta. Para solucionar tais privações, um dos caminhos é a educação.

Oferecer oportunidades iguais constitui o pré-requisito de uma sociedade justa. Com tudo, nem todas as escolas conseguem fornecer condições de formação cidadã de qualidade. Pelo contrário, a reprodução das exclusões sociais impera, prevalecendo altos índices de

evasão escolar.

Evasão Escolar: Existem várias formas de interpretação quando se trata do termo “evasão escolar”, o mais próximo que podemos definir seria, o ato de fugir; Abandonar; Sair; Desistir; Não permanecer, ao juntarmos esses termos à interpretação de “escolar”, podemos obter “abandonar a escola, sem tempo prévio para a volta.(FILHO, 2017, P.37)

No Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), a discussão sobre a evasão é um tema recorrente e bastante complexo, pois traduz grande parte das dificuldades de vivenciar diferentes posições econômicas dos indivíduos, não é apenas na sala de aula que a evasão acontece como sintoma da desigualdade social. Por isso para solucionar tais problemas algumas políticas institucionais são desenvolvidas em especial o programa PAEVS destaca-se na superação das desigualdades econômicas, aqui os programas são:

“**PAEVS:** O programa de atendimento ao estudante em vulnerabilidade social (PAEVS) disponibiliza auxílio financeiro para contribuir às necessidades dos estudantes em vulnerabilidade social, visando a sua permanência e êxito acadêmico.”

AUXÍLIO MORADIA: Para proporcionar melhores condições para a permanência e êxito dos seus estudantes, o IFSC oferece um auxílio moradia para parcialmente os gastos com aluguel ou outros custos com moradia fora da sede familiar.”

IVS: O índice de Vulnerabilidade Social (IVS) tem por objetivo analisar a condição de vulnerabilidade social dos estudantes com o objetivo de permitir a inscrição em programas do IFSC, que utiliza o IVS no processo de seleção, como por exemplo o PAEVS, Edital de Evento, Propicie, entre outros.” (<<http://www.ifsc.edu.br/assistencia-estudantil>> Acesso em. 08.11.2018) (IFSC, 2018).

O foco desse trabalho é o esclarecimento e a difusão de informações sobre assistência estudantil de nossa instituição pois percebe-se que tal temática representa dificuldades na concepção de igualdade e equidade defendidas por um regime considerado democrático.

Segundo o dicionário, Aurélio equidade é a disposição de reconhecer igualmente o

direito de cada um. (2010, P. 297) Ou seja, não é o propósito do assistencialismo proporcionar a igualdade numérica entre as pessoas no que se refere aos seus ganhos econômicos, mas disponibilizar igual consideração das oportunidades aproveitadas pelos indivíduos.

7. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:

7.1 A ORIGEM DA PROBLEMÁTICA

O presente trabalho foi inicialmente pensado com o propósito de debater sobre a desigualdade econômica e social enfrentada pelos adolescentes. No entanto, quando se pensa a vida do adolescente e sua condição social, não é possível desatrelar a presente problemática da questão educacional e das políticas institucionais que a ele influenciam. Por isso a divulgação de programas sociais que tenham como objetivo amenizar as desigualdades econômicas é fundamental.

No IFSC percebe que tal divulgação necessita de aperfeiçoamento no que se refere a transmissão dos conteúdos que o estudante precisa saber para efetivar sua candidatura ao processo seletivo da bolsa social. O programa de atendimento ao estudante em vulnerabilidade social - PAEVS, ainda transita de modo bastante ineficaz com os estudantes de baixa renda, pois não disponibiliza clareza em seus critérios e legitimidade na sua aplicação. O estudante percebe no auxílio uma quantidade de renda econômica apenas, mas não uma representação de seus direitos. Considera-se um verdadeiro tabu falar sobre o auxílio econômico no campo da educação. Por este motivo buscaremos dar voz aos profissionais responsáveis pela justiça social do IFSC. Pelo intermédio das entrevistas, assistentes sociais e Pró-Reitoria de assuntos estudantis participarão da pesquisa, cujo objetivo é esclarecer e difundir o propósito real desta política institucional extremamente válida ao convívio interpessoal e a cidadania.

7.2 DESIGUALDADE SOCIAL:

Segundo Neri, a desigualdade social funciona” como um fator redutor de bem-estar em relação ao nível médio da renda equitativamente distribuída(...)”(NERI, 2006). Assim, podemos perceber que as desigualdades prevalecem em todos os lugares, e cada lugar especificamente lida de maneira diferente com a mesma. O surgimento da desigualdade se dá

ao fato de um grupo pequeno de pessoas dentro da mesma sociedade abranger um grande valor monetário e não ocorrer uma distribuição adequada ou até o investimento em áreas de cultura social para a grande parcela do grupo. As consequências da desigualdade social se mantêm, tais como o alto nível de pobreza, o aumento da criminalidade e da negação aos direitos básicos que um ser humano necessita.

A economia no país tem sofrido um grande déficit nos últimos anos, por conta do alto índice de corrupção por parte de nossos governantes e conseqüentemente os investimentos na educação diminuíram mais do que pela metade, por fim o país acabou se afundando em dívidas e os estudantes pelo um todo, se enchendo de esperanças de que algum dia a desigualdade acabe e o conhecimento seja valorizado. Como causa da desigualdade também podemos apresentar o alto nível de desvalorização e preconceito com pessoas de baixa renda.

Conforme assiná-la SORJ:

(...) A valorização da igualdade, expressa nas noções de cidadania e de nação como uma comunidade solidária que deve assegurar a seus habitantes um conjunto mínimo de condições de vida e de chances de participação na sociedade. (SORJ, 2003, p.28).

Desta maneira, pensar a desigualdade significa buscar combater as dificuldades que a noção de cidadania enfrenta na esfera capitalista da sociedade, onde pessoas são menosprezadas em sua condição de humanidade, não possuindo condições reais do exercício da prática cidadã. Seja na esfera pública ou na esfera privada, a efetividade das ações dos menos favorecidos não é levada em consideração por diversos fatores de coação de sua vontade. A participação social desta camada da população fica reduzida ao processo alienante das mídias e ao desejo de possuir melhor sorte na obtenção de riquezas. Sem uma formação pessoal e educacional legítima, o desejo de ser outro, a frustração do mercado de trabalho e o sonho da vida dos ricos constituem os direcionamentos mais recorrentes da classe trabalhadora, na ilusão de que o futuro lhe guarda algo melhor.

7.3 JUSTIÇA DISTRIBUTIVA

Uma sociedade igualitária tem como objetivo criar condições de convívio social pertinentes a todos os seus habitantes. Contudo, a constante desigualdade econômica originada pelo direito de propriedade faz com que muitos indivíduos não tenham acesso às condições mínimas do exercício da cidadania.

Conforme assinala o Baquero :

(...) Apesar do reconhecimento do papel do indivíduo no processo político, poucos esforços têm sido empreendidos para materializar esse papel na realidade cotidiana. Pode-se perceber a necessidade da distribuição de recursos de modo a garantir melhores condições de participação na vida cidadã.”(BAQUERO, 2003, P. 84)

A taxa de impostos que muitas vezes é considerada abusiva reflete sobre o papel que a distribuição de recursos determina na vida das pessoas. Escola, creches, hospitais e outras instituições básicas da sociedade representam o acesso gratuito dos cidadãos que não possuem renda suficiente no exercício de suas necessidades fundamentais.

Assim, a igualdade torna-se equidade, conforme assinala John Rawls:

(...) Justiça como equidade pode ser estendida a uma concepção política geral aplicável (...), vale para tudo, como usualmente se supõe: desde ações individuais até às leis das missões. O ponto essencial é este: do ponto de vista político prático.(RAWLS, 1992)

Distribuir recursos para os mais necessitados é a garantia de que estes sejam respeitados não de forma igualitária, mas equitativa, fazendo assim com que as disposições da vida cidadã sejam respeitadas e que todos possam ser tratados com igual consideração. Tal consideração permite obter condições de escolha e de exercício do projeto de vida que cada cidadão desenvolve subjetivamente quando pensa em como vai contribuir com a coletividade.

7.4 GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR E A DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS:

No panorama da escola, a garantia do projeto de vida em formação é efetivada por um conjunto de ideias que constituem a denominada gestão democrática escolar. Segundo Veiga (1995, p.17):

Gestão democrática é um princípio consagrado pela constituição vigente e abrangente as dimensões pedagógicas administrativa e financeira. Ela exige uma ruptura histórica na prática administrativa da escola, com o enfrentamento das questões de exclusão e reprovação e da não permanência do aluno na sala de aula, o que vem provocando a marginalização das classes populares. Esse compromisso implica a construção coletiva de um projeto político-pedagógico ligado à educação das classes populares.(VEIGO, 1995, p. 17)

Desse modo, é possível perceber uma importância elevada da relação entre prática educacional e sua viabilidade. A marginalização das classes populares precisa ser combatida e somente um processo de democratização na escola pode representar um enfrentamento dos

problemas sociais.

No IFSC, a gestão democrática escolar também está presente pelo intermédio do compromisso com o assistencialismo estudantil. Tal compromisso é verificado na atuação dos diferentes sujeitos em sua prática escolar. Desde a reitoria até às assistentes sociais e a atuação dos professores são motivados a exercerem a formação cidadã de modo equitativo e democrático. Souza explica tais atuações nas citações abaixo:

(...) Como um processo político na qual as pessoas que atuam na/sobre a escola identificam problemas, discutem e deliberam, e planejam, encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola na busca da solução daqueles problemas. (SOUZA, 2009, P. 125)

Desta maneira, a gestão democrática da escola legitima o debate que está sendo proposto neste projeto. Pensar a desigualdade social e as possíveis soluções para este problema torna-se sempre pertinente e convida o leitor a reavaliar o próprio papel que desempenha na sociedade. O assistencialismo estudantil comprova-se como papel determinante da busca pela igualdade social na escola.

8. METODOLOGIA:

Partindo da premissa de que “os pesquisadores qualitativos geralmente coletam pessoalmente os dados por meio de exame de documentos, de observação do comportamento ou de entrevista com os participantes (CRESWELL, 2010, P. 208)”, o presente projeto parte do pressuposto da pesquisa qualitativa como método de corroboração das hipóteses aqui apresentadas.

Como início da pesquisa, far-se-á uma entrevista com as duas assistentes sociais do IFSC câmpus Jaraguá do Sul com propósito de investigar a viabilidade dos auxílios monetários aos estudantes carentes. As questões serão apresentadas previamente e terão como base o esclarecimento do projeto institucional de justiça social que o PAEVS preconiza em sua diretriz basilar. Além disso, buscar-se-á conhecer o ponto de vista pessoal destas profissionais na relação prática de sua atuação perante a comunidade acadêmica.

Na sequência da pesquisa, buscaremos entrar em contato com a Pró-reitoria de assuntos estudantis e com a Reitora do IFSC, a fim de coletar informações que permitam uma análise sobre a perspectiva teórica dos principais princípios que a gestão escolar no IFSC é fundamentada. Serão levantadas questões sobre a desigualdade econômica e justiça distributiva, com o propósito de comparar a fundamentação teórica e a relação prática nos discursos hierarquicamente relevantes no IFSC.

Por fim, será elaborada uma análise bibliográfica aliada com as respostas coletadas com o propósito de ofertar à comunidade acadêmica maior discernimento sobre a prática da justiça social aplicada na referida instituição. Tal análise bibliográfica constituirá a base teórica da elaboração da oficina de aprendizagem que a equipe elaboradora do presente projeto ofertará ao final do terceiro semestre de atuação deste ciclo de pesquisa.

10. REFERÊNCIAS

BAQUERO, Marcello. **Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil**. Construindo uma outra sociedade. Revista sociologia e política, Curitiba: 21, n. 21, nov. 2003. p. 83-108. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n21/a07n21>>. Acesso em: 20 out. 2018.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Míni Aurélio - O dicionário da língua portuguesa**. 8.ed. Curitiba: 2010. P. 297. Acesso em: 12 set. 2018

MARTINS, José de Sousa. **Exclusão social e a nova desigualdade**. 4.ed. São Paulo: Paulus, 1997. 140 p. Acesso: 27 ago. 2018

NERI, Marcelo. Ensaio econômico. **Desigualdade, estabilidade e bem – estar social**, São Paulo, n. 637, dez. 2006. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/811/2168.pdf>>. Acesso.: 14 ago. 2018

RAWLS, John. Ética, política e gestão econômica justiça como equidade: uma concepção política, não metafísica. **Ética, política e gestão econômica**. São Paulo, n. 25, Apr. 1992. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451992000100003&script=sci_arttext>. Acesso em: 24 set. 2018

ROSA, Patrícia. **Direitos para quais humanos?**. O problema da igualdade e da Singularidade nos Fundamentos da Ética e da Política. Publicação do IFSC, 2014. 172 p. Acesso: 27 ago. 2018

SANTA CATARINA, Instituto Federal. **Assistência estudantil**. Portal IFSC. Disponível em: <<http://googleweblight.com/i?u=http://www.ifsc.edu.br/assistencia-estudantil&hl=pt-BR>> Acesso em: 04 set. 2018.

SAWAIA, Bader, Burihan et al. **As artimanhas da exclusão**. Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade social. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. Acesso: 27 ago. 2018

SILVA FILHO, Raimundo Barbosa; LIMA ARAÚJO, Ronaldo Marcos. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação por escrito**. Porto Alegre, v.8, n. 1, jan.-jun. 2017. p. 35-48. Disponível em: <<file:///C:/Users/ifsc/Downloads/24527-114840-2-PB.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2018

SORJ, Bernardo. **Brasil@povo.com A luta contra a desigualdade na sociedade da informação**. Rio de Janeiro: Unesco, 2003. 28 p. Acesso: 13 set. 2018.

SOUSA, Geysilane Carvalho; BATISTA, Silvânia; PEREIRA, Enilda Monteiro. **Gestão Democrática Escolar**. Revista da Faculdade PROMOVE de Brasília. 2012. Disponível em:

<http://nippromove.hospedagemdesites.ws/anais_simposio/arquivos_up/documentos/artigos/c13003ed15afd2b50dd01c6d5141aeb0.pdf>. Acesso.:13. nov. 2018.

SOUZA, Ângelo Ricardo. **Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática**. Educação em Revista. Belo Horizonte. v.25. n.03. p.123-140. dez. 2009.

Disponível em.:

<http://www.educacao.mppr.mp.br/arquivos/File/gestao_democratica/kit5/explorando_construindo_conceito_gestao_escolar_democratica.pdf>. Acesso.: 13. nov. 2018.

11. ANEXO

Esboço do questionário a ser proposto à representação institucional do IFSC

1. Você concorda que a utilização do número do CPF do estudante como identificação de recebedor do benefício PAEVS é a mais apropriada?
2. Já passou por alguma desigualdade? (Sim ou não) como foi?
3. Qual a sua percepção sobre a desigualdade social? Na sua opinião qual a origem da mesma?
4. De onde surgiu a ideia de criar o PAEVS?
5. Existe algum direcionamento sobre o uso do benefício PAEVS para os estudantes?
6. Esses benefícios estão sendo anunciados de uma forma clara para os estudantes que necessitam desse auxílio na sua opinião.
7. Vocês avaliam se esses estudantes estão realmente tendo uma aprendizagem melhor? Se sim, de que modo?
8. Na sua opinião qual é o papel do nosso projeto conectando saberes na luta contra a desigualdade social na sua opinião?
9. Você acredita que exista desigualdade social dentro do campus do IFSC?
10. Na sua opinião o PAEVS influencia no comportamento de quem o recebe? Justifique
11. Você sabe o que é justiça distributiva? Se sim, qual sua opinião a respeito do assunto?